

Ninguém soube esclarecer a dúvida

Líder do Governo, Pimenta da Veiga, limitou-se a anunciar a retirada do projeto, depois de admitir "imperfeições na sua redação". Os técnicos dos ministérios econômicos que acompanhavam a votação no Congresso admitem que houve "o dedo do FMI, da CIA ou das multinacionais". A oposição disse que se trata de "uma grande traição aos interesses nacionais", mas ainda reluta em culpar diretamente o Governo.

O fato, porém, é que foi descoberto num dos três projetos (o de nº 6.969) que compõem o pacote fiscal um dispositivo que permite a venda do controle acionário da Petrobrás e de todas as outras grandes estatais brasileiras, como Telebrás, Embratel, Eletrobrás, etc.

Descoberto pelo deputado governista, João Gilberto (PMDB-RS), considerado um dos maiores especialistas em legislação da Câmara, o dispositivo, que consta da revogação do parágrafo do artigo 60 da lei 4.728/65, teve como primeira consequência o tumulto em plenário e a obstrução à votação de todo o pacote fiscal, que deveria ter sido aprovado ontem mesmo pelo Congresso.

Quando João Gilberto e outros deputados do grupo progressista do PMDB interrogaram os técnicos da Seplan e do Ministério da Fazenda que acompanhavam a votação do pacote, ouviram expressões de espanto: "Mas quem foi que colocou isso? Só pode ter sido algum elemento infiltrado da CIA ou das multinacionais".

O deputado malufista Adail Vetrarrazzo, (PDS-SP) mais ágil, suou à tribuna e denunciou a man-

obra de forma genérica, já que não estava muito por dentro da história, mas foi ao centro da questão: "O Governo está querendo alienar o maior patrimônio do País — as suas grandes estatais".

Coube ao deputado Alberto Goldman, líder do PCB, fazer a denúncia em termos candentes: "Este projeto — disse ele — revoga a lei 2.004, que criou a Petrobrás e estabeleceu o monopólio estatal do petróleo e toda a legislação que protege as empresas estatais brasileiras".

O líder do PMDB e do Governo, deputado Pimenta da Veiga, que parecia desavisado do que estava acontecendo, ouviu atentamente o discurso de Goldman e logo depois pediu uma questão de ordem para requerer, em nome da bancada do PMDB, a retirada do projeto.

Pimenta, que no final da tarde, anunciaría a decisão do Governo de retirar oficialmente o projeto do Congresso, para reformulá-lo, reconheceu que houve, no mínimo, um equívoco que deu margem às interpretações mais variadas.

Enquanto Pimenta da Veiga falava, os líderes do PDT, PTB e PT, e os deputados rebeldes do PDS se articularam para impedir a aprovação do restante do pacote — constante de dois outros projetos, um sobre o aumento de imposto e outro sobre a doação de leite para as crianças.

A articulação funcionou, porque, quando foi pedida urgência para votação do pacote pelo PMDB, PFL e liderança do PDS, foi solicitada a verificação de quorum, e em seguida constatada a inexistência de número suficiente

de deputados para prosseguir a votação.

Em consequência a votação foi transferida para segunda-feira, ao mesmo tempo que cresciam as críticas e a investigação em torno da origem do projeto que permite a alienação das estatais. O deputado Jacques Dornellas, do PDT do Rio, lembrou a propósito uma declaração da premier da Inglaterra, Margaret Thatcher, exigindo que o Brasil vendesse suas estatais para pagar a dívida externa.

— Eu temo que isso já esteja acontecendo, mesmo debaixo dessa Santa Nova República. Que vergonha! Esses homens que foram aclamados na praça pública para derrubar o autoritarismo, agora monobram sorridentemente para vender o País — disse Dornellas.

O deputado pedetista está convencido de que a manobra foi inspirada por determinação do FMI, como forma de assegurar ao capital estrangeiro o pagamento da dívida externa brasileira, que já andaria hoje em torno de 115 bilhões de dólares.

Um pouco mais moderado, mas com a mesma conclusão de que a medida, se efetivada, propiciaria a perda de controle das estatais, por parte do Governo, o deputado João Gilberto, disse não saber a que atribuir "tal escorregço".

O PDT distribuiu nota oficial em que "rejeita como atentatório à soberania nacional, o projeto 6.969, que, se aprovado, equivalerá a entrega ao capital multinacional de empresas produtivas e rentáveis essenciais à emancipação econômica do Brasil".

O partido de Leonel Brizola afi-

da julga "inaceitável", o decreto 91991/85, publicado ontem no Diário Oficial da União, que dispõe sobre a privatização, o qual deveria ser examinado pelo Congresso Nacional, e não baixado por ato unilateral do Presidente da República. O decreto privatiza a Petroquisa, e a Petrobrás Distribuidora consideradas o filete mignon da holding da Petrobrás.

Segundo a interpretação generalizada na Câmara, a aprovação do Projeto 6.969 permitiria que a Shell ou a ITT comprassem a maioria das ações da Petrobrás e da Telebrás, por exemplo, uma vez que não restringe a compra de ações dessas empresas estatais a estrangeiras ou conglomerados multinacionais.

Para o deputado Amaral Neto (PDS-RJ), que arquitetou a construção do pacote fiscal do Governo como um todo, o projeto revoga na prática a Lei 2004, que criou a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo, e que funcionaram até há pouco como a grande bandeira das esquerdas brasileiras.

Amaral Neto, um homem afiado com a direita e os militares, foi paradoxalmente um dos parlamentares que mais se envolveram na denúncia do projeto 6.969 e que acabou redundando em sua retirada já no final da tarde, por determinação do Palácio do Planalto.

Ao anunciar a decisão do Governo, o líder Pimenta da Veiga, afirmou que "nunca esteve nos projetos governamentais alinear o controle acionário da Petrobrás ou de qualquer uma das empresas estatais". Ele atribuiu o fato a um equívoco de redação que originou a controvérsia.